

O regicídio e os regicidas

«A Família Rial»

Como prosseguimento à História de Portugal de Pinheiro Chagas, continuada por Barbosa Colen, publicou a casa editora dois volumes sob o título: *Um Reinado Trágico*. Trágico com efeito o reinado de D. Carlos estrevido nesse livro, que parece menos a crônica dum povo na sua actividade multiplice que o registo obituário dum cemiterio. A mão vai folheando e, página a página, a par duma sessão sonolenta ou de puro psitacismo, nas Camaras, depara-se-nos um necrológio. Os mortos — é vêr êsse livro simplista e mal alinhavado, talvez, por isso mesmo, mais eloquente — ocupam aí um lugar mais vasto que os vivos. E chega-se ao fim da obra com o sentimento de que, sob D. Carlos, a função por excelencia era morrer.

O autor não soube focar a extraordinária e anónima elaboração duma sociedade que vive; não sentiu o rumor, muito menos, a lenta e esforçada lide da colmeia mourejando; devisou apenas os sucessos que trazem rotulo, e a sua história parece uma longa e melancólica via Apia ladeada de tumulos.

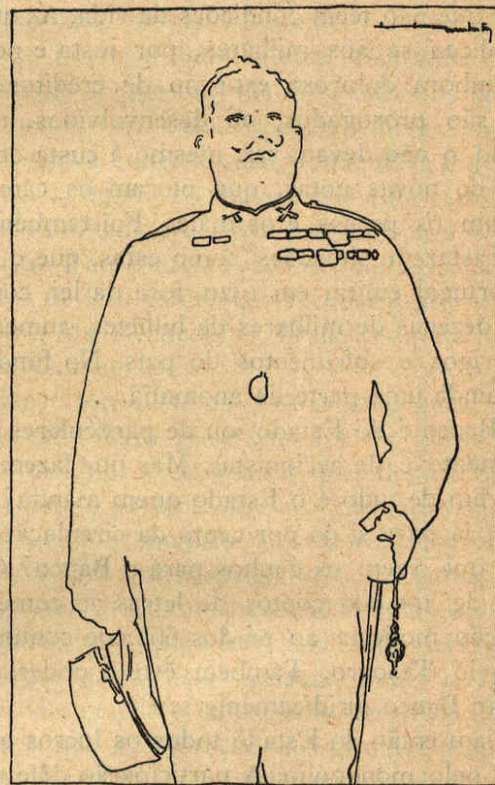
E todavia a realidade foi essa. Os homens mais representativos da nação nas lêtras, nas artes, na política, mergulharam no silencio da morte, uns após outros, dir-se hia puxando-se pelas mãos, enfiados de viver. Prematuramente... pelo suicidio... todos com pressa, num salve-se quem puder.

Poder-se hia tirar orgulho desta debandada singular. Em terra planturosa a vida fenece às braçadas e renasce às braçadas. Na sociedade portuguesa, porém, ficava o vácuo, o campo árido, o lugar de fila deserto. Para que citar nomes cuja herança pesada não encontrou jamais sucessores, ou veio vergar ombros de pigmeus?

Um rei com mão forte e inteligente poderia ter desviado o curso dos acontecimentos, e ter aproveitado essa pleiade que se nirvanizou ou se perdeu em guerrilhas singulares? De certo. Mas tudo se conjurava para que D. Carlos não fôsse êsse príncipe necessário e salvador.

Era um Bragança na acepção pejorativa do nome. «Os meus defeitos procedem de duas causas: — confessava ele, segundo os termos de Ramalho —

primeira, a hereditariedade na gestação do meu ser; segunda, a influência do meio em que nasci e me criei.» Em D. Carlos, a materia vibrátil — aquela sua timidez nativa, gosto da comodidade, prespica que não inteligência, bonomia pachorrenta e tolerante, todo aquêle «não te rales» para tudo o que estivesse fóra da sua esfera particular, pois aí, não arregimentada a usos e preceitos, a sua actividade mostrava-se viva e expedita — era de todo



Bragança. Coburgo no fisico, na sensibilidade e caracter neto bem herdado daquêle a quem a esposa bradava, num acesso de cólera contra o pusilânime: antes rainha uma hora que duquesa a vida inteira.

Tão pouco teve a educação do príncipe providencial. Qual deveria ser? De certo não essa que lhe ministraram, mecânica de todo, sem presa na alma, Tito Livio, as armas, a dança, as línguas, de mistura com êsse lecionário, todo de vitral, de-

pressivo que não elevador, das glórias passadas dos seus avós e vassallos dos seus avós. Estou a vêr o professor de história percorrer com dedo trémulo o mapa, em que poucas são as enseadas e terras remotas que, no dizer de Vieira, se não infamassem do sangue português. Estou a vêr o velho António Augusto de Aguiar penetrando-se e ao discípulo do veneno subtil que levanta o sacudir de todos esses brocados e nobres velharias duma história majestosa. E sinto o adolescente encher-se de ânsia e de inconsolável amargura.

Que não eram assim os aios do príncipe?! Eram assim todos os da geração, desde os mais medularmente poetas, como Tomás Ribeiro, aos de cerebração mais inflexível como Oliveira Martins.

Quando o homem acordou no jovem senhor, o romantismo duma educação, que poderia ter sido salutar, escoou-se ante as muitas solicitações mundanas da côrte, ajudadas pela natural reacção do sangue, sibarítico pelos Braganças e Bourbons, realista pelos Coburgos e Saboias.

Seria preciso um desconfiado e severo Hamlet e incubava dentro dele um optimista e benigno *Roi Pausole*. Daqui essa singular figuração de rei *gentleman-farmer* espingarda ao ombro, charuto nos dentes, através duma longa scena de vinte anos, quasi até o último passo da sua vida.

Estava-lhe na massa do sangue esse desinteresse pela causa pública, senão fastio atavico, que a pedagogia *ad usum Delphini* não saberia corrigir, e um concurso de cousas, uma pessima herança tanto social como politica, a noção de pequenez da sua sua terra, ao compará-la — a *piolheira* — com outras de intenso trato e vulto desconforme, noção que conta para todo o portuguezinho e muito mais para um neto de megalómanos, e desalenta, isso e a peia constitucional, êsse temível contra-senso que ou torna o soberano lôgro dos governantes ou o povo lôgro de soberano, sempre em prejuizo do povo, vieram agravar esse mal ingênito nos Braganças — o desdem pela grei. Podia a Côrte, como um crisol de nobreza e virtude, depurar estes vícios de conformação ou externos do príncipe. Mas a Côrte, espelho fiel daquela que cem anos antes M.^{me} Junot cobriu de ridiculo e seu marido de ultrajes, carecia de intelligencia, tacto diplomatico e até de graça. Exultando parvoinhamente, tanto se não mais que o governo então no poder, sobscreeveu ao casamento de D. Carlos com D. Maria Amelia, da casa de Orleans, destronada e odiosa ao povo sôbre que reinou muitos seculos. E erro foi este com repercussões nefastas na vida domestica dos Braganças e nos negocios politicos e internacionais da nação.

Uma maquinação surda, de longo folego, simul-

taneamente empenhada junto do príncipe e da princesa, devia determinar essa aliança que a corteza-nia facil baptisou de romance de amor.

A verdade é que o idilio, se idilio se pôde chamar, começou apenas quando as negociações estavam ultimadas e os noivos, hospedes do duqué de Aumale, se encontraram face a face no Chateau de Chantilly. Instado por D. Luis a tomar noiva, dentre as muitas donzelas de estirpe real que lhe acenavam, D. Carlos descobrira a filha do conde de Paris, perdida no solar de Eu, como autentica princesa encantada. Por ela se pronunciou deliberadamente. D. Maria Amelia, por sua vez, como nos contos de fadas em que se obedece a vozes misteriosas, de longa data que praticava a lingua portuguesa. Ensinava-lha uma M.^{me} de Sousa. *Gaie, aimable et riante* — escreve o sr. de Colleville num livro que Brito Camacho comentou com um sainete e mordacidade que tornam o seu opusculo emulo do *Portugal a vôo de passara*, de Camilo Castelo Branco — *la jeune princesse parlait portugais avec cet abandon, etc.*

Porque se dera D. Maria Amélia á ingrata tarefa de aprender o português, idioma desdenhado de todas as côrtes e da educação das princessas mais caprichosas ou enciclopedicas? Que laboriosa e secreta teia se não estaria urdindo em volta da filha do conde de Paris, em Eu, e em Paris durante o seu tempo de internato no *Sacré-Cœur*, tomando-a como pedra dum jôgo que a princesa Clementina, mulher dum Coburgo, amiga de todas as rainhas, celebrada e conhecida nas chancelarias, fez avançar, ajustando officiosamente o seu consorcio com D. Carlos?! E se conjura houve, seria em nome da dinastia dos Capetos contra a Republica Francesa, ou em nome de interesses de religião contra a Casa de Saboia que a Portugal, com D. Maria Pia, estendera a fronde heretica? Não temos dados que nos documentem, mas parece fóra de duvida que ás espaldas do «romance de amor» houve uma bilateral, longa e paciente cabala.

Fôsse como fôsse, a aliança com uma descendente de familia real destituída, não era recomendável sob nenhum ponto de vista. Não era uma princesa da cepa dos Orleans que podia renovar a dinastia bragantina e arejar o Paço, tão falho de modernidade, nem tão pouco fortalecer a nação, tão escassa de prestígio, no concerto da Europa. Dado que êste enlace não fôsse preparado nas sombras, mediante a manobra lenta e cautelosa de mão irreductível, ficaria de pé o egoismo do herdeiro da corôa, egoismo sentimental pouco me importa, em contra dos interêsses da nação. E o veto de parte da Côrte, de parte do govêrno, seria a attitude indispensável.

Dum modo ou doutro, a Côrte morfanha, o governo imbecil subscreveram a aliança funesta. A primeira consequência foi o resfriamento de relações com a França que neste consórcio, festejado com grande alarde no Hotel Galliera, viu uma ameaça às suas instituições. Como riposta, o Parlamento votou a proscrição dos descendentes mais chegados dos Orleans, o conde de Paris e o duque de Orleans, e a irradiação do exército do príncipe de Joinville, e dos duques de Aumale, de Nemours, de Chartres, e de Alençon. Quando da recepção do corpo diplomático, à data dos esposais, Billot, ministro de França em Lisboa, e D. Luis trocaram os mais lacónicos e incolores discursos de que há memória nas relações oficiais dos dois países. Outra consequência, muito mais grave, foi dificultar a Portugal o concurso financeiro da França, na crise que o tesouro atravessava. Passos desastrosos houve na política portuguesa, evitáveis se D. Carlos fôra mais conveniente na escolha de noiva. Se a futura rainha procedesse da tão austera e solidária côrte inglesa, seria possível o ultimatum de 1890, causa da revolução do Pôrto, e esta, por seu turno, causa propulsora da republicanização do país?

No domínio da política internacional, o consórcio Bragança-Orleans foi um lamentável desvio. Sob o ponto de vista de política interna, teve também a sua repercussão perniciosa, se não tão sensível, não menos eficiente. D. Carlos, se não era um liberal determinado, não vergava também aos preconceitos religiosos dos seus avós. Não era papa-hostias como a caterva de D. Joões, nem um timorato perante os juízos de Deus como D. Pedro. Em alguma coisa, já que não em riquezas ou prestígio, devia ser herdado D. Carlos pela linha materna. Às cerimónias religiosas concorria como rei, por obrigação. Escreveu Guerra Junqueiro, não sei com que fundamento, que, enquanto se celebravam exéquias por alma do pai, D. Carlos caçava.

Não era fanático; a princesa, ao contrário, conservava viva a tradição de piedade e de fervor que reinavam na família. D. Carlos tinha recebido uma educação laica, ministrada por homens que professavam as liberdades do século; D. Maria Amélia tinha sido formada pelas irmãs do Sacré-Coeur.

No livro de memórias de António Enes *A guerra d'Africa em 1895*, há uma dedicatória à rainha D. Amélia em que o seu excesso de zelo religioso resalta com eloquência. Nesta dedicatória, como no livro, lavrada pelo pulso dum homem de certa envergadura, o palaciano aparece na posição genuflexiva de quem recita um acto de adoração ao sabor e gosto da sua senhora. Escreve:

«Também me recordo — de que nesse mesmo lance — dignou-se Vossa Majestade de dizer-me, textualmente — que estimava bem que partíssemos naquele dia consagrado à Padroeira do Reino, porque a Virgem nos protegeria.» E mais adiante: «Meditei nele (auspício) notando que o combate de Marraquene, em que o salvamento pareceu milagre, foi travado num dia em que também a Igreja celebra Maria, a 2 de fevereiro. Foi a 15 de Agosto que tive a inspiração de romper hostilidades contra o Gungunhana, e — notavel coincidência — nessa data festeja-se a Senhora da Gloria. Em Magul, a vitória de 275 soldados cristãos contra mais de 6000 cafres foi de molde a persuadir que não só o valor a ganhara; e a 8 de setembro comemora-se o nascimento da mãe de Jesus. — Não parece, senhora, que a Rainha do Ceu quis mostrar que atendera o voto fervoroso da Rainha de Portugal» etc., etc.

Esta linguagem seráfica, na bôca do autor dos *Lazaristas*, inculca os sentimentos de fé, que animavam D. Amélia. Era voz corrente, com efeito, que ela dirigia a camarilha intolerante e ultramontana do Paço, e que fôra o melhor esteio das Congregações junto dos governos, em oposição ao marido.

Exagêro ou não, o certo é que D. Amélia desmerecera da simpatia do público pelo beatismo de que a criam eivada. A força de mascar padrenossos, o país cobrou fastio. Por todo o reinado de D. Carlos fôra, o português sofreu de enjôo religioso.

Que além desta discrepância em matéria de religião, os dois augustos esposos eram avessos de carácter e de temperamento!? Nada de positivo podemos adiantar. Facto era a rainha ter uma roda e o rei outra. Nos últimos anos eram virtualmente dois divorciados. Um vilegiava numa estância, o outro vilegiava noutra. Se coincidia regressarem a Lisboa, um apressava-se logo a partir para Cintra, Mafra, Cascais, como numa quadrilha de que as Necessidades fôssem o centro.

Estimada do esposo, estimada da côrte, não sei. Do povo não era estimada. Pôde dispensar o bem às mãos cheias, patrocinar a fundação de estabelecimentos de caridade, o Instituto dos Tuberculosos, Lactarios, Cozinhas económicas, do seu bolso semear dinheiro pelos necessitados, ser esmoler ao extremo, as suas virtudes nunca alcançaram o galardão do reconhecimento. Não soube fazer-se amar; a população de Lisboa não a amava. Por detrás do seu sorriso real, havia um não sei quê de molesto, de hostil que indispunha. Uma dama do Paço dizia:

— Se a rainha está só ou passeja só, a sua más-

cara é dura, a máscara implacável, trabalhada de ódios, dos Bourbons. Zumbe uma mosca, sapeja sapato, avizinha-se um vulto, o seu rôsto enflora-se dos melhores sorrisos.

Certo, a rainha devia dissimular numa côrte que o seu garbo e a sua elegância não puderam de todo converter. Portugal não satisfizera as suas justas aspirações, os alados sonhos que concebera pelas aleas solitárias do parque de Eu. O rei engrossára, monteava, via lavrar as quintas ou pegava touros, distraía-se dela. A côrte tinha poucos agrados. Longe os bobos, os jograis, os serenins de tropeiros, os gentilhomens de espadim no cinto de anta e mocidade inteligente e donairoso. A vida do Paço dava vontade de dormir—declarava um homem que do Paço fôra.

A sr.^a D. Amélia não gostava do país e—estou em crêr—não gostava dos portugueses. De facto, tem muito por onde ser detestados; mas seria preciso perdoar, compreender, ter ternura por êles. Estava na sua índole de francesa, de princesa de excelsa linhagem, não ter, não poder ter essas contemplações.

Quando sua augusta pessoa partia de Paris para Portugal, à volta de Woodnorton, onde fôra assistir aos esponsais da princesa Luisa, depois de dois meses de folga pela estranja, ouviram-lhe soluçar:

—*Adieu! Je vais reprendre mon collier de misère.*

Eu compreendo estas vozes de despedida. Compreendo que fôsse desditosa na sua vida de rainha dum país pobre, maltrapido, semi-bárbaro, devorado pela política. E devia sê-lo, entre outros motivos por não amar aos seus subditos e não fazer-se amar dêles como competia ao seu dever de soberana. O seu poder de dissimulação não chegou até aí. E foi isso para o trono uma das causas da ruína.

D. Amélia não estimava o povo português, e o povo correspondia-lhe e ao marido com a mais en-

tranhada indiferença, quando não aversão. Quando D. Carlos dizia «Portugal é uma monarquia sem monárquicos», o queixoso, mais que tudo, devia ser o seu lado afectivo de homem.

De minha memória nunca lhe senti popularidade, essa aura de respeito e boa disposição que seu pai soube granjear, ao que consta. A geração a que pertenceo nasceu revolucionária, as gerações que alvoreceram depois de mim revolucionárias fôram. No colégio, dirigido por padres, os mocinhos, à laia da *églantine* simbólica, caprichavam em ostentar a gravata vermelha.

Na personalidade de D. Carlos há todavia uma distinção a fazer: o rei e o homem. O rei era péssimo, o homem, pelo que li, pelo que ouvi, era optimo.

No Campo das Salésias pude devisá-lo à vontade seguindo com visível desvanecimento e orgulho as evoluções duma companhia de artilharia, ao lado de Kaiser Guilherme II, seu hospede. Era um homem sólido, de estatura maciça sobre o obeso, todavia não desprovido de agilidade. Pisava com facilidade e potência. Olhos móveis e maliciosos; filamentos vermelhos de sangue a sulcarem-lhe a tez rósea do rôsto, duma gordura-reluzente e simpática; cabelos com leves reflexos ruivos, ligeiramente encaracolados. Em tudo um dêsses Coburgos que veem nas oleografias, cada vez mais acentuado à medida que os anos passavam sobre êle.

Guardei esta imagem do homem, a qual, mais tarde, quando a paixão política arrefeceu e me deixou a faculdade de exame, veio ilustrar luminosamente actos seus do domínio particular, tornados públicos, de bonomia, de delicadeza, de compreensível altivez.

(Continúa.)

AQUILINO RIBEIRO.

